



Processo Bee: 16405
Solicitante: Gerência de Tecnologia da Informação
Assunto: Compra Direta de Bens

PARECER N° 1657 / 2021

Trata o presente processo (**processo BEE n.º 16405**) de contratação de empresa para aquisição de 03 (três) notebooks com sistema operacional para a Secretaria Municipal de Saúde de Goiânia, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência, em solicitação via Memorando n.º 81/2019 da Gerência de Tecnologia da Informação.

Segundo mencionado pela área solicitante no **Termo de Referência**, a pretensa aquisição se faz importante em virtude da necessidade permanente de utilização de sistemas e meios tecnológicos que permitam que os colaboradores de cargos estratégicos da Gerência de Tecnologia da Informação, devido as atribuições, desenvolvam atividades de suas competências se beneficiando de mobilidade, e, esta aquisição irá facilitar o desenvolvimento das atividades técnicas e de gestão.

A **Gerência de Planejamento e Suprimentos da Rede** informou no Despacho n.º 1244/2019 que a Secretaria Municipal de Saúde não possui Ata de Registro de Preços vigente para o objeto solicitado no presente procedimento.

A **Gerência de Compras** juntou aos autos: Mapa de Preços; Pedido de Compra n.º 073/2021; Nota de Pré Empenho n.º 071 em nome da empresa A L ROCHA FERREIRA INFORMÁTICA LTDA (CNPJ n.º 37.196.473/0001-16), no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais); Documentação da empresa e Declaração de

998



Compatibilidade de Preços. Ainda, mediante Despacho nº 016/2021, solicita análise quanto a pesquisa de preços realizada.

Desse modo, a **Gerência de Tecnologia da Informação** emitiu o Parecer Técnico da proposta, informando que a mesma atende aos requisitos do Termo de Referência.

A **Gerência de Compras** anexou aos autos, Proposta de Preços atualizado, juntamente com a Nota de Pré Empenho n.º 071 em nome da empresa A.L ROCHA FERREIRA INFORMÁTICA LTDA (CNPJ n.º 37.196.473/0001-16), no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Finalmente, anexaram-se aos autos o Espelho da Solicitação Financeira com o respectivo código/exercício n.º **90420 / 2021** / dotação compactada 2021.2150.0183 / 2021.

Em síntese é o relato. **Segue o parecer.**

Por força regimental, os autos foram distribuídos a fim de proceder parecer alusivo à matéria em questão, depois de colhidas todas as informações, passo a opinar.

A Constituição Federal, em seu artigo 37, inciso XXI, impõe o dever de licitar aos entes da Administração Pública, nos seguintes termos:

Art. 37 – A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam condições de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da



lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Vê-se, portanto, que a regra, no direito brasileiro, é a obrigatoriedade de prévia licitação para celebração de contratos administrativos. Entretanto, a própria Constituição Federal atribui ao legislador a competência para definir casos excepcionais em que ocorrerá contratação direta sem licitação.

O Estatuto de Licitações permite como ressalva à obrigação de licitar a contratação direta através de processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que preenchidos os requisitos previstos na lei.

A **dispensa** de licitação é a possibilidade de celebração direta de contrato/compra entre a Administração e o particular dentro dos casos previstos no rol taxativo do art. 24, onde conquanto haja a possibilidade de competição o legislador entendeu conceder essa faculdade ao administrador para facilitar gestão ou fomentar uma atividade.

As hipóteses de dispensabilidade do art. 24 constituem rol taxativo, isto é, a Administração somente poderá dispensar-se de realizar a competição se ocorrer uma das situações previstas na lei federal. Lei estadual, municipal ou distrital, bem assim regulamento interno da entidade vinculada não poderá criar hipótese de dispensabilidade. (Jessé Torres Pereira Júnior, 2003, pag. 102)

O caso ora analisado, **EM TESE**, enquadra-se no inciso II do artigo 24, já que prevê a contratação direta com dispensa de licitação em situações em que o valor da compra ou do serviço a ser contratado corresponde a uma quantia de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", inciso II do art. 23, ou seja, até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), segundo alteração pelo Decreto N° 9412/2018.

Art. 23. (...)

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I::



- a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);
- b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais);
- c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

Art. 24. (...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Ressalva-se que, em que pese se tratar de uma dispensa de licitação, ela deve obedecer a alguns requisitos:

- I – Justificativa da aquisição
- II – Submissão da autoridade Superior
- III – Publicação no Diário Oficial
- IV – Justificativa do Preço
- V – Razão da escolha do fornecedor

Conforme se verifica dos autos e de todas as informações e argumentos contidos nos documentos trazidos ao processo pelas áreas técnicas responsáveis, **e desde que o valor do serviço a ser adquirido perfaça o montante de até R\$ 17.600,00** (dezesete mil e seiscentos reais), tal hipótese enquadra perfeitamente nos limites acima descritos, legitimando a contratação do serviço em comento por dispensa de procedimento licitatório.

Cumpre-nos esclarecer que a Lei Federal n.º 8.666/1993 proíbe, como regra, o fracionamento para aquisição de bens ou a serviços contratados, tendo o Tribunal de Contas da União emitido orientação sobre a questão, senão vejamos:



*“Em resumo, se a Administração optar por realizar várias licitações ao longo do exercício financeiro, para um mesmo objeto ou finalidade, deverá preservar sempre a modalidade de licitação pertinente ao todo que deveria ser contratado.”
(...) Não raras vezes, ocorre fracionamento da despesa pela ausência de planejamento da Administração. O planejamento do exercício deve observar o princípio da anualidade do orçamento. Logo, não pode o agente público justificar o fracionamento da despesa com várias aquisições ou contratações no mesmo exercício, sob modalidade inferior àquela exigida para o total das despesas no ano, quando decorrente de falta de planejamento”. (“Licitações e Contratos – Orientações do TCU”, 4ª ed. 2010, p. 105, versão digital in <http://portal2tcu.gov.br/portal/pls/docs/2057620.PDF>)*

A par destes fatos, considerando a veracidade presumida de todos os argumentos e de todas as informações constantes dos documentos carreados até aqui aos autos, bem como a legitimidade de seus signatários e a legislação vigente, OPINO pela POSSIBILIDADE JURÍDICA de realização da presente despesa, por DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fundamento no artigo 24 inc. II da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações, desde que observado as recomendações alhures, considerando que o valor não ultrapassará R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), e considerando, por fim, que seja contratada empresa com menor valor.

Ressalte-se a ausência de autorizo do Titular desta Pasta no processo BEE n.º 16405.

Cabe salientar, por oportuno, o ato de dispensa de licitação com fundamento no artigo 24, inciso II, após acatado pelo Titular da Pasta, deverá ser publicado no Diário Oficial do Município, informando a dispensa para a aquisição dos notebooks conforme especificações contidas no Termo de Referência (03 unidades), contratando diretamente com a empresa A.L ROCHA FERREIRA INFORMÁTICA LTDA (CNPJ n.º 37.196.473/0001-16) no valor unitário de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), perfazendo o valor total de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme consta no Processo Bee nº 16.405.

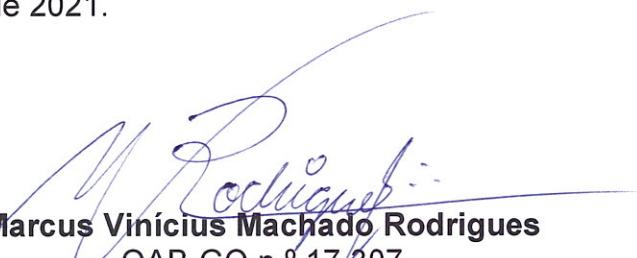


Ressalto, ainda, que a presente análise toma por base, exclusivamente, os elementos que constam até a presente data nos autos do processo administrativo em epígrafe, sendo o presente parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

É o parecer, S.M.J.

Encaminhem-se os autos ao Gabinete para deliberação, na forma da lei.

Advocacia Setorial da Secretaria Municipal de Saúde, aos 29 (vinte e nove) dias do mês de abril de 2021.


Marcus Vinicius Machado Rodrigues
OAB-GO n.º 17.307
Chefe da Advocacia Setorial
Decreto Nº 315/2021